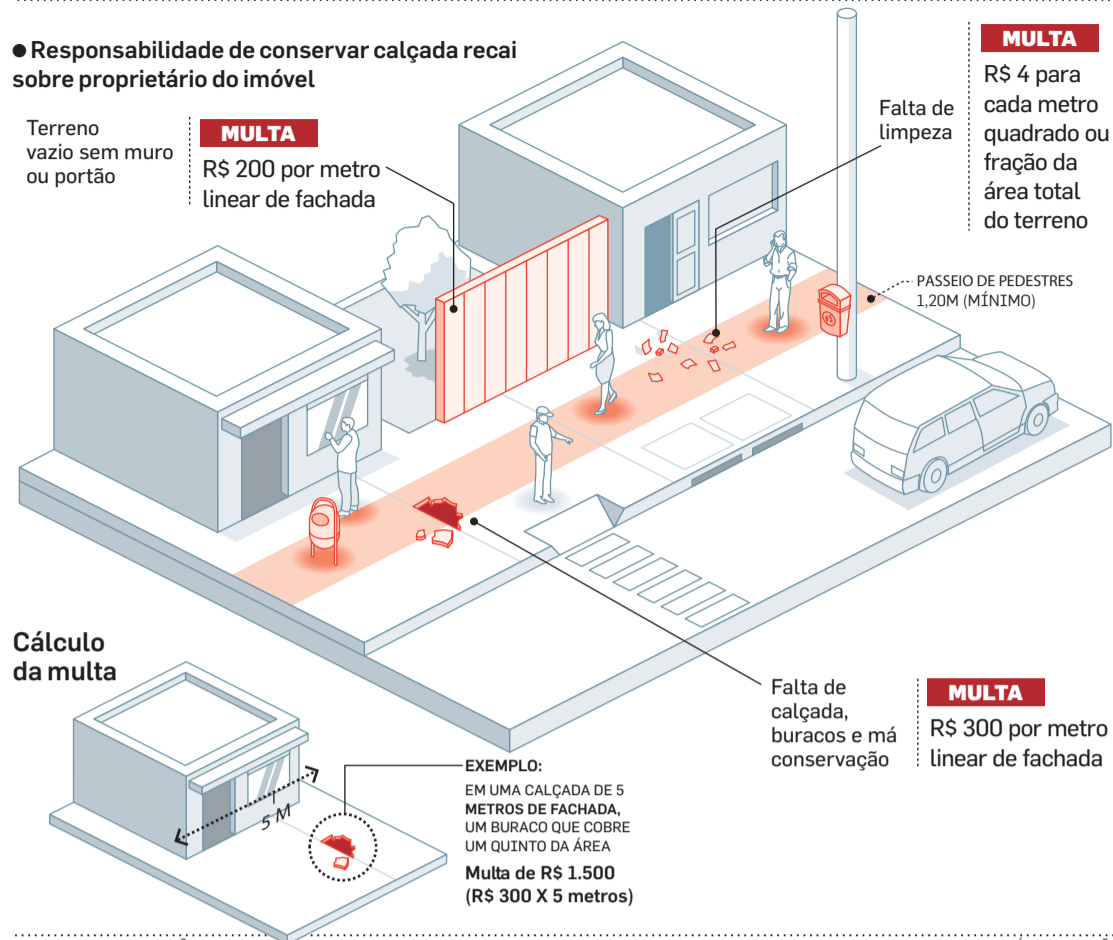


AS REGRAS

● Responsabilidade de conservar calçada recai sobre proprietário do imóvel



FONTE: PREFEITURA DE SÃO PAULO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO



Avenida Angélica. Governo deve enviar substitutivo alterando valores e forma de cobrança

Aprovada em 1ª votação nova lei das calçadas

Proposta prevê prazo de 30 dias antes que morador seja multado por passeio irregular

Diego Zanchetta

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou ontem, em primeira discussão, o projeto da gestão Fernando Haddad que anula a necessidade de pagar multa pela calçada irregular desde que a pessoa autuada faça a reforma dentro de 30 dias. A proposta também permite que o proprietário de um imóvel acione a subprefeitura de sua região para fazer reparos exigidos pela fiscalização. A lei atual, datada de janeiro de 2012, define que o morador, após ser multado pela fiscalização, fique responsável pela reforma, a ser feita em 30 dias.

Ou seja, o proprietário agora terá um mês para decidir fazer a reforma por conta própria ou acionar o governo. Hoje a multa pode ser aplicada no ato da fiscalização. O valor da penalidade é de R\$ 300 por metro linear. Pelo plano enviado pelo prefeito à Câmara, quando o fiscal constatar que o reparo não foi realizado em um mês, o que for arrecadado com o pagamento da multa será usado para consertar a calçada irregular.

Um texto substitutivo do governo deve ser encaminhado para a segunda votação, com arti-

gos que vão definir como será feita a cobrança da reforma, caso o proprietário opte por acionar a Prefeitura. "Isso poderá ser parcelado no carnê do IPTU (*Imposto Predial e Territorial Urbano*), por exemplo", declarou o vereador Paulo Fiorilo (PT). O Estado apurou que o governo também estuda uma forma de ampliar o prazo de 30 dias, mudar o valor da multa e estabelecer um processo de isenção da cobrança para as famílias que recebem até três salários mínimos.

Em fevereiro, ao falar do projeto, Haddad definiu a situação atual como um "faz de conta", em que a Prefeitura apenas finge que pune. "Hoje, essa multa nem sequer é inscrita na dívida ativa. Ou seja, é um trabalho que não prospera, porque a pessoa sabe que se não pagar nada vai acontecer." Segundo ele, menos de 10% das multas nessa área são pagas.

O prefeito afirmou que, pela nova lei, quem for multado passará a ser inscrito diretamente no Cadastro Informativo Municipal e constará como devedor.

Críticas. Ao chegar ao Legislativo, no início do mês, a proposta já foi alvo de ataques. "É uma mudança para afrouxar a lei. Vamos voltar ao que era antes", disse Gilberto Natalini (PV), único representante do PV que compõe a bancada da oposição. O vereador Mário Covas Neto (PSDB) também se mostrou cético em relação ao funcionamento de uma nova legislação. "Quem deve assumir a responsabilidade sobre os passeios públicos é o gestor público, não o morador."

A legislação em vigor foi aprovada em votação simbólica em setembro de 2011, com a presença de parlamentares de todos os partidos.

● Arrecadação

6.004 multas de calçada foram aplicadas pela Prefeitura de São Paulo no ano passado, mais de 16 por dia. A quantidade foi maior do que a das penalidades da Lei Cidade Limpa e do Programa de Silêncio Urbano (Psiu).



Funcionário da Câmara receberá aumento de 7,3%

Vereadores também aprovaram reajuste de 31% do bônus para os policiais militares que prestam serviço na Casa

Os 39 policiais militares que trabalham na segurança do Palácio do Anchieta, a sede da Câmara Municipal de São Paulo, ganharam um aumento ontem de 31% na gratificação mensal. De R\$ 2.100 o bônus dos PMs passou para R\$ 2.990. O projeto que autoriza o reajuste foi votado ontem pelos vereadores, que também aprovaram um aumento de

7,3% para os 1.937 servidores da Câmara e aos 698 funcionários do Tribunal de Contas do Município (TCM) - o dissídio da categoria foi em março.

O aumento da gratificação dos PMs segue o mesmo benefício concedido ontem aos 41 guardas-civis metropolitanos (GCMs) que trabalham na segurança da Casa, segundo a Mesa Diretora do Legislativo. Os 80 policiais que fazem a segurança da Casa, porém, não conseguiram impedir, no ano passado, que homens de terno entrassem no plenário e roubassem quatro laptops na mesa de vereadores, durante uma audiência pública. **D.Z.**



ERNESTO RODRIGUES/ESTADÃO-10/11/2008

Comissão é dividida para evitar polêmica com Telhada

● Para evitar que o coronel Paulo Adriano Telhada (PSDB), ex-comandante da Rota, pudesse assumir uma vaga dentro da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos, Cidadania e Segurança Pública, os vereadores aprovaram, em segunda discussão, a cisão da comissão. Agora haverá uma Comissão de Segurança e outra de Direitos Humanos. Telhada vai disputar a presidência da Comissão de Segurança com Ari Friedenbach (PPS).

Palácio Anchieta. Aumento da gratificação dos PMs também foi dado a GCMs